

## MBL presta esclarecimentos a juiz após prisão de simpatizantes

Uma semana depois da prisão de dois empresários por suspeita de lavagem de dinheiro, o Movimento Renovação Liberal (MRL), pessoa jurídica do Movimento Brasil Livre (MBL), peticionou junto ao juízo da 1ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores de São Paulo, prestando esclarecimentos

Ayrton Vignola/Fiesp



Manifestação pelo impeachment de Dilma  
Ayrton Vignola/Fiesp

Na manifestação, assinada pelos advogados **Igor Mauler Santiago** e **Marco Antonio Cintra Gouveia**, do Mauler Advogados, o MRL informa não ter tido acesso à íntegra dos autos. Mesmo assim, afirmou ter condições de esclarecer o que chamou de "mal entendidos mais flagrantes". O grupo também se prontificou a colaborar prontamente com todos os atos processuais que sejam determinados;

O documento aponta cinco fatos que, segundo a defesa, podem ter levado o Ministério Público a "supor o envolvimento do requerente" em práticas criminosas, tais como a confusão de personalidades jurídicas entre o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Movimento Renovação Liberal (MRL), "a indicar desvio de finalidade censurado pelo artigo 50, § 1º, do Código Civil", além do recebimento de vultosas doações pelo sistema Superchat do *YouTube*, sem rastro de origem e sem trânsito pelo sistema bancário, com ênfase para aquelas efetuadas por Alessandro Mônaco Ferreira (preso na semana passada).

Segundo a defesa, a mera suspeita de que todos os valores doados por meio do Superchat sejam fruto de crime "revela desprezo à realidade atual, em que as redes sociais assumiram papel central nos relacionamentos humanos". "Mais do que isso, acarretaria a criminalização da miríade de influenciadores que recorrem a esse instrumento como forma de monetizar a sua atuação no *YouTube*", completou.



A alegação de que a confusão entre o MRL e o MBL seria apta a favorecer a lavagem também não se sustenta, conforme o documento: "O que se tem é nada mais do que a relação entre uma pessoa jurídica e a sua marca, destituída de personalidade jurídica". Por fim, o MRL pediu que o juízo intime o *Google* e o *YouTube* a informar, com data e valor, todas as doações que feitas por Alessandro Mônaco Ferreira via Superchat.

Clique [aqui](#) para ler o ofício  
1004888-44.2020.8.26.0050

**Date Created**  
16/07/2020